Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	
Balanço Patrimonial Passivo	
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	
Demonstração do Fluxo de Caixa	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	22
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	278.399.525	
Preferenciais	278.399.525	
Total	556.799.050	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.181.417	2.055.980
1.01	Ativo Circulante	223.404	140.804
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.041	111.742
1.01.03	Contas a Receber	23.502	20.107
1.01.03.01	Clientes	23.502	20.107
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.085	1.469
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.085	1.469
1.01.07	Despesas Antecipadas	41	2.968
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.735	4.518
1.02	Ativo Não Circulante	1.958.013	1.915.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	85.374	79.723
1.02.01.03	Contas a Receber	5.744	1.997
1.02.01.06	Tributos Diferidos	79.630	77.726
1.02.03	Imobilizado	834	931
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	834	931
1.02.04	Intangível	1.871.805	1.834.522
1.02.04.01	Intangíveis	1.871.805	1.834.522
1.02.04.01.0	1 Contrato de Concessão	1.229.894	1.239.730
1.02.04.01.0	2 Intangível - Infra-estrutura	641.911	594.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.181.417	2.055.980
2.01	Passivo Circulante	205.366	178.256
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.222	6.485
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.514	1.762
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.708	4.723
2.01.02	Fornecedores	19.656	18.274
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.656	18.274
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.746	4.090
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.669	1.913
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.077	2.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	173.469	147.781
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	57.110	17.807
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.110	17.807
2.01.04.02	Debêntures	116.359	129.974
2.01.05	Outras Obrigações	1.273	1.626
2.01.05.02	Outros	1.273	1.626
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	1.084	1.165
2.01.05.02.05	Outros passivos	189	461
2.02	Passivo Não Circulante	1.508.168	1.428.583
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.472.075	1.404.568
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	301.851	246.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	301.851	246.954
2.02.01.02	Debêntures	1.170.224	1.157.614
2.02.03	Tributos Diferidos	34.568	22.791
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34.568	22.791
2.02.04	Provisões	1.525	1.224
2.02.04.02	Outras Provisões	1.525	1.224
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial (ICPC 01)	1.525	1.224
2.03	Patrimônio Líquido	467.883	449.141
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-88.916	-107.658

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	255.348	245.639
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-106.746	-154.502
3.03	Resultado Bruto	148.602	91.137
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.928	-21.609
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.928	-21.609
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-14.674	-20.378
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-1.265	-1.245
3.04.02.03	Outras receitas (despesas), líquidas	11	14
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	132.674	69.528
3.06	Resultado Financeiro	-104.059	-114.357
3.06.01	Receitas Financeiras	5.376	3.768
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.435	-118.125
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	28.615	-44.829
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.873	-504
3.08.02	Diferido	-9.873	-504
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.742	-45.333
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.742	-45.333
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro líquido (prejuízo) nos períodos apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Itcais ivii	•		
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
Oonta		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	44.606	96.863
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	150.882	114.885
6.01.01.01	Prejuízo do período antes do IR e CS	28.615	-44.829
6.01.01.02	Depreciação e amortização	14.674	43.393
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	301	249
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	107.808	116.733
6.01.01.05	Margem de Construção - infraestrutura	-516	-661
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.626	-9.924
6.01.02.01	Aplicação financeira	0	7.230
6.01.02.02	Contas a receber	-3.395	-2.751
6.01.02.03	Tributo a recuperar	-616	28
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.927	-776
6.01.02.05	Outros ativos	-1.964	-2.834
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	737	4.593
6.01.02.07	Fornecedores	1.382	-12.294
6.01.02.08	Credor pela aquisição da concessão	-81	-33
6.01.02.09	Tributos a pagar	-344	-4.015
6.01.02.10	Outros passivos	-272	928
6.01.03	Outros	-104.650	-8.098
6.01.03.01	Juros pagos - BNDES	-10.445	-8.098
6.01.03.02	Juros pagos - empréstimo ponte	-94.205	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.344	-65.543
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-26	-69
6.02.02	Adições ao intangível	-51.318	-65.474
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	90.037	63.602
6.03.01	Ingressos de empréstimos	98.475	33.602
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-8.438	0
6.03.03	Aumento de capital social	0	30.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	83.299	94.922
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111.742	20.311
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.041	115.233

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	18.742	0	18.742
5.04.08	Lucro do Período	0	0	0	18.742	0	18.742
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-88.916	0	467.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	-45.333	0	-15.333
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	0	0	-15.333
5.04.08	Prejuízo do Período	0	0	0	-45.333	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-221.416	0	335.383

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
Conta		01/01/2012 à 30/06/2012	01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	274.719	262.894
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	221.472	191.428
7.01.02	Outras Receitas	53.247	71.466
7.01.02.01	Receita de obra infraestrutura	51.579	66.094
7.01.02.02	Outras receitas	1.668	5.372
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-84.247	-110.426
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-84.247	-110.426
7.03	Valor Adicionado Bruto	190.472	152.468
7.04	Retenções	-14.674	-43.393
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.674	-43.393
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	175.798	109.075
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	5.388	3.782
7.06.02	Receitas Financeiras	5.376	3.768
7.06.03	Outros	12	14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	181.186	112.857
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	181.186	112.857
7.08.01	Pessoal	14.375	17.482
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.608	13.731
7.08.01.02	Benefícios	3.038	2.849
7.08.01.03	F.G.T.S.	729	902
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	31.367	19.626
7.08.02.01	Federais	20.146	9.772
7.08.02.02	Estaduais	68	42
7.08.02.03	Municipais	11.153	9.812
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.702	121.082
7.08.03.01	Juros	109.435	118.124
7.08.03.02	Aluguéis	7.267	2.958
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.742	-45.333
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.742	-45.333



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

ROTA DAS BANDEIRAS - 2º Trimestre de 2012

A Administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I ("Corredor"), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais que correspondem a, aproximadamente, 4,3% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.

O transporte de cargas no Brasil se caracteriza predominantemente pela via rodoviária e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a região de Campinas, o Vale do Paraíba, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

PÁGINA: 10 de 46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Mensagem da Administração

Após anos do início da crise financeira global o cenário continua incerto. O recuo da produção industrial reflete não só o ambiente externo como também as políticas adotadas no final do ano de 2011. O crescimento da economia brasileira pode afetar o volume de veículos que circulam nas rodovias administradas pela Companhia em virtude da variação do preço do combustível, da produção industrial, preço das *commodities* agrícolas e das condições de mercado para as exportações brasileiras impactando, consequentemente, nas receitas. Contudo, mesmo diante de um cenário econômico de baixas expectativas de crescimento apuramos crescimento no volume do tráfego pedagiado.

O segundo trimestre de 2012 foi marcado pelo crescimento de 95,2% do resultado operacional da Companhia. Este crescimento reflete o crescimento do tráfego pedagiado nas rodovias que administramos e a premissa adotada de redução nos custos e despesas.

A queda da inflação, reflexo das medidas tomadas pelo Governo, estimula o consumo devido ao aumento do poder de compra da população e pode ocasionar efeitos nos próximos meses. Acreditamos que as medidas tomadas pelo Governo surtam efeitos, abaixo dos esperados, no longo prazo.

Neste trimestre a Concessionária teve o privilégio de participar da fase experimental do sistema ponto a ponto, projeto do Governo do Estado de São Paulo. O Sistema adota o modelo MLFF (*multi Lane free* flow) e cria nas rodovias paulistas o modelo de pagamento de pedágio por trecho percorrido. A primeira rodovia do país contemplada com o sistema é a Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), que faz a ligação entre os municípios de Itatiba a Jundiaí e é administrada pela Concessionária. Participar de projetos inovadores e que beneficiem diretamente o usuário é uma honra para a Concessionária.

No final deste trimestre a produção industrial apresentou sinais de recuperação e esperamos que os estímulos dados como a redução dos tributos da linha branca e de automóveis produzam o efeito necessário para recuperação em ritmo acelerado do setor.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2012

3. Desempenho Econômico Financeiro

As informações referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

3.1 Receitas

Em R\$ mil	30 de junho de 2012	30 de junho de 2011
Receita Bruta	274.719	262.894
Receita de Pedágio	221.461	190.961
Receita de Construção	51.579	66.094
Outras Receitas	1.679	5.839
(-) Deduções da Receita Bruta	(19.371)	(17.255)
Receita Líquida	255.348	245.639
(-) Custos/despesas operacionais	(71.611)	(110.678)
(-) Custo de construção	(51.063)	(65.433)
EBIT	132.674	69.528
Margem EBIT	52,0%	28,3%
(+) Depreciação/amortização	14.674	43.393
EBITDA	147.348	112.921
Margem EBITDA	57,7%	46,0%

No 2º trimestre de 2012 a Concessionária registrou receita bruta de R\$ 274.719 milhões representados por 80,6% de Receitas de Pedágio e 18,8% de Receitas de obras de infraestrutura.

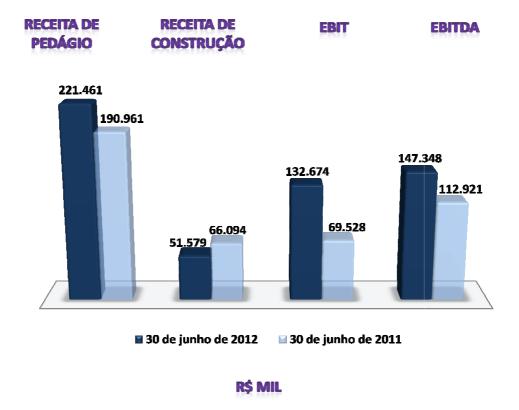
As receitas de pedágios apresentaram crescimento de 16% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento está atrelado ao crescimento no volume de veículos pedagiados nas rodovias administradas pela Companhia. Em 30 de junho de 2012 a Concessionária atingiu 41,2 milhões em veículos equivalentes gerando crescimento de 7,9% quando comparado aos 38,2 milhões do mesmo período de 2011.

PÁGINA: 12 de 46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

A receita líquida atingiu neste trimestre de 2012 R\$ 255.348 milhões, R\$ 51.579 milhões de receita de obras de infraestrutura e R\$ 203.769 milhões de receita líquida de pedágio e acessórias.



• 3.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.

Neste semestre os custos operacionais e despesas administrativas consolidados apresentaram redução de 30,3% em relação ao mesmo período de ano anterior. A redução citada refere-se, principalmente, às mudanças de estimativas contábeis no terceiro trimestre de 2011. As mudanças impactaram a depreciação/amortização dos ativos da Concessão que passou a ser calculada conforme a evolução da curva de tráfego.

Somado a mudança de estimativas houve a redução dos custos de construção em virtude dos investimentos realizados na conserva especial de pavimento em 2011 que proporcionaram maior durabilidade do pavimento, reduzindo a necessidade de novas intervenções em 2012.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2012

3.3 Resultado Financeiro

No primeiro semestre de 2012 a Concessionária registrou R\$ 104.059 mil de resultado financeiro negativo, alcançando redução de 9% em relação aos R\$ 114.357 mil negativos do mesmo período de 2011. Essa redução foi reflexo principalmente da queda do IPCA neste semestre com relação ao mesmo período do exercício anterior, impactando na provisão da remuneração e da correção monetária no período.

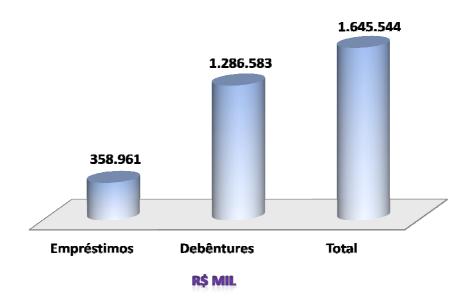
• 3.4 Endividamento

A Concessionária encerrou o 2º trimestre de 2012 com endividamento bruto de R\$ 1.645.544 mil, sendo R\$ 358.961 mil referentes a financiamentos e R\$ 1.286.583 mil em Debêntures. O endividamento apresentou crescimento de 9,8% quando comparado ao mesmo período de 2011 em virtude, principalmente, de novas liberações do financiamento junto ao BNDES.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), encerrou o trimestre em R\$ 1.450.503 mil.

Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

ENDIVIDAMENTO BRUTO





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

• 3.5 Investimentos

Os investimentos realizados pela Concessionária no Corredor Dom Pedro I no 2º trimestre de 2012 representaram R\$ 44,5 milhões, despendidos principalmente na conservação especial das rodovias do corredor Dom Pedro, construção de passarelas; construção de dispositivo de entroncamento no contorno perimetral de Itatiba; melhorias/implantações de barreiras de concreto, defensas metálicas; melhorias em pontes e viadutos; implantação de sinalizações horizontais e verticais, e aos telefones de emergências Callbox.

A recuperação do pavimento da Rodovia Dom Pedro I é uma das ações da Concessionária para 2012, mas não a única. Para este trimestre a Companhia concluiu a implantação de uma passarela em um local com alto índice de travessias na Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP 332). Outro benefício aos usuários foi a entrega de cerca de 500 telefones de emergência, instalados ao longo do Corredor Dom Pedro; os telefones afixados às margens das rodovias são para utilização em casos de emergência e garantem contato direto com o serviço 0800.

Os recursos destinados a investimentos são provenientes de linha de crédito contratada junto ao BNDES, e complementada pela geração de receita operacional da Companhia.

Intangível em Infraestrutura

Após a adoção da ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado através da projeção de curva de tráfego limitado ao prazo final da respectiva concessão e a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

• 3.6 Gestão de Pessoas

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização

PÁGINA: 15 de 46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Segue abaixo informações referentes ao 2º trimestre de 2012:

Descrição	30 de junho de 2012	30 de junho de 2011
	Número de Funcionários	
Diretos	594	590
Indiretos	915	1.054
	Valores Investidos $_{R \text{ mil}}$	
Treinamento	73	52
Previdência	97	73

Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição Casa do Pequeno Trabalhador de Atibaia, por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

• 3.7 Governança Corporativa

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Concessionária, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

Conselho de Administração

- O Conselho de Administração da Companhia é formado por, no mínimo, dois membros com experiência em finanças para conduzir os temas referentes aos aspectos contábeis, além dos referentes à gestão financeira do negócio;
- Com regimento referente a periodicidade de reuniões;

Auditoria e Demonstrações Financeiras

- Completa independência dos auditores no intuito de se evitar conflito de interesses;
- Adoção dos princípios de contabilidade conforme normas internacionais e as vigentes no Brasil;
- Documento de recomendação dos auditores analisado pelos membros do Conselho de Administração e demais executivos da organização para fins de adoção das medidas propostas.

Conduta e Código de Ética

- Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, consequentemente todos seus integrantes.

Transparência e Gestão

- Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa;
- Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio;
- Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

3.8 Responsabilidade Social

No 2º trimestre de 2012, com objetivo de reduzir acidentes, gerar conforto e informações aos usuários das rodovias administradas, a Concessionária realizou campanhas importantes como: Programa na Mão Certa, Caia na Rede, Todos pela Educação, Campanha do Agasalho, Rota Saudável, Parada Legal - Atendimento de caminhoneiros.

PÁGINA: 17 de 46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2012

Programa na Mão Certa

O Programa Na Mão Certa nasceu da busca de respostas mais efetivas para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras, construídas a partir de uma aliança intersetorial. A Concessionária Rota das Bandeiras tornou-se signatária do Programa Na Mão Certa em novembro de 2010, momento em que assinou o pacto empresarial se comprometendo a realizar a ações de combate a exploração sexual infantil. O primeiro objetivo do programa é articular os três setores da sociedade, fomentando a cooperação, sinergia e formação de parcerias intersetoriais. O segundo objetivo é educar, por meio da informação, sensibilização e capacitação, as pessoas que atuam direta e/ou indiretamente nas rodovias. E por último temos como objetivo prevenir e proteger, fomentando ações entre os três setores para potencializar a atuação integrada do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Caia na Rede

O programa é um projeto social de grandes proporções que pretende tirar do analfabetismo digital cerca de 360 mil pessoas em cinco anos. O projeto contará com 150 salas equipadas e reformadas ao longo deste período, que serão espalhadas pelos 17 municípios do Corredor Dom Pedro, a maioria inserida na Região Metropolitana de Campinas. A aula inaugural, que marcou o início do projeto, aconteceu em Itatiba, no centro comunitário do bairro Tapera Grande, em seguida, foram inauguradas mais duas salas em Itatiba, uma no bairro João Corradini e outra no Fundo Social de Solidariedade do município. As inaugurações em outros municípios seguem segundo cronograma elaborado pelos idealizadores do projeto.

Todos Pela Educação

Projeto social de incentivo a educação que estimula a participação dos integrantes da Concessionária, que já são pais, na vida escolar dos filhos. O objetivo do Programa é reduzir o analfabetismo até 2022, propondo cinco metas de trabalho. As metas são:

- Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; (universalização);
- Toda criança plenamente alfabetizada até os oito anos; (aprendizado);
- Todo aluno com aprendizado adequado à sua série; (nivelamento);
- Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; (fluxo);
- Investimento em Educação ampliado e bem gerido. (recursos).



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º Trimestre de 2012

Campanha do Agasalho 2012

A Campanha do Agasalho 2012 foi lançada no dia 14 de março deste ano. Esta é promovida pelo Estado de São Paulo e apoiada pela ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo) juntamente com as concessionárias de rodovias paulistas. A Campanha despertou o trabalho em equipe, a união entre os setores da empresa buscando promover um ambiente participativo entre os integrantes ajudando assim, milhares de famílias a enfrentar o inverno.

Programa Rota Saudável

Avaliando os assustadores números de contaminações causadas pelo vírus da Hepatite C no Brasil e no mundo, a Concessionária Rota das Bandeiras fechou parceria com a Saúde em Vida no intuito de conscientizar as pessoas sobre o assunto. Em 2009 o ciclo de palestras, seguido do diagnóstico e tratamento gratuito, contemplou os agentes de saúde e a partir de 2011. O programa Rota Saudável estendeu estes benefícios também aos caminhoneiros, além de alertar e orientar os profissionais, a Concessionária objetiva formar agentes multiplicadores evitando que mais pessoas sejam contaminadas pela Hepatite C. No ano de 2012 a primeira palestra foi realizada no dia 29 de Março, na empresa Consigaz, onde foram orientados mais de 100 caminhoneiros e integrantes, abordando os seguintes temas: "O que é o Vírus da Hepatite C?", "Forma de contágio da doença", "Medidas preventivas", "Orientação quanto à realização do teste e exames somente as pessoas que fazem parte do grupo de risco", "Acompanhamento posterior a constatação do contato com o Vírus".

Parada Legal - Atendimento de caminhoneiros

A Parada Legal é uma campanha da Concessionária Rota das Bandeiras que tem como objetivo reduzir o número de acidentes nas estradas através de serviços gratuitos de segurança, saúde e bem-estar direcionados aos motoristas de carro, moto e caminhão. Nesta edição os atendimentos foram direcionados aos caminhoneiros. Para que o evento acontecesse a Concessionária firmou diversas parcerias que permitiram maior sinergia entre os serviços oferecidos. No total, participaram da campanha 425 caminhoneiros de todo país.

PÁGINA: 19 de 46



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

• 3.9 Outras Informações Contábeis

A Companhia encerrou o primeiro semestre de 2012 com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e uma ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI.

Em R\$ mil	30 de junho de 2012	30 de junho de 2011
Patrimônio Líquido	467.883	335.383
Ativo Total	2.181.417	1.865.656
Receita Líquida	255.348	245.639
Resultado Bruto	148.602	91.137
Resultado Líquido	18.742	(45.333)
Número de Ações integralizadas	556.799	556.799
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	0,84	0,60
Resultado Líquido por Ação (R\$)	0,03	(0,08)

• 3.10 Ações Ambientais

A Concessionária Rota das Bandeiras reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável dos 17 municípios que formam sua malha viária investindo fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região.

No 2º trimestre de 2012, em comemoração ao dia do meio ambiente no dia 5 de junho, a Concessionária realizou o Plantio 14.707 mudas de 8º espécies nativas da região, como Jatobá e Cedrono, na Fazenda São Sebastião, localizada na Estrada Municipal Gilberto Vaz, no município de Itatiba. A ação contou com a participação das equipes de Meio Ambiente e de Responsabilidade Social da Concessionária, além de cerca de 2º integrantes dos projetos da Secretaria de Assistência Social de Itatiba, entre crianças, jovens e idosos. O plantio, realizado em Área de Preservação



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2º Trimestre de 2012

Permanente de 8,82 hectares na Fazenda São Sebastião, no bairro Moenda; também contribuirá para a recuperação dos cursos d'água de afluentes do rio Atibaia existente no local. Neste mesmo período foram destinados 8.130 Kg de materiais para reciclagem, somando-se a isto, a Companhia realizou o despraguejamento de 600 focos de cupins/ formigas.

Em abril de 2012 a Concessionária finalizou a implantação do seu sistema de gestão ambiental, auditado internamente por uma empresa terceirizada.

• 3.11 Considerações Finais

As Demonstrações Intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Conselho de Administração

Juliane Pfeiffer Marinho Marcelo Felberg Irineu Berardi Meireles Júlio Perdigão

Diretoria Executiva

José Ricardo Mega Rocha Irineu Berardi Meireles Jurandir Barrocal Neto

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Rota das Bandeiras" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em Itatiba, São Paulo e com ações listadas na BM&F BOVESPA S.A. (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo) sob a sigla "CRBD", e regulada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP").

No semestre findo em 30 de junho de 2012, não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação às informações divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme o CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As informações trimestrais consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Estas informações contábeis intermediárias, não incluem todas as informações exigidas para as demonstrações financeiras anuais. A leitura dessas informações contábeis intermediárias requer a leitura prévia das demonstrações financeiras anuais divulgadas em 31 de dezembro de 2011.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 06 de agosto de 2012.

2.2 Práticas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias correspondem às políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo de 31 de dezembro de 2011.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas informações contábeis intermediárias correspondem, exceto pelos impactos descritos a seguir, às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações contábeis intermediárias da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o semestre findo em 30 de junho de 2012 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo período, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas, e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Reconhecimento de receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura, a Companhia utilizou o custo total incorrido, acrescido de margem de lucro na construção, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(b) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da concessão. A administração reconhece que essa estimativa é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, com base em projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes, são utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Em 30 de junho de 2012, foi reconhecido imposto de renda diferido ativo sobre os prejuízos ficais, contribuição social diferida sobre bases negativas e adições temporárias, baseados nas projeções de resultados tributáveis futuros (Nota 19).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

4 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foram adotadas pela Companhia.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- . IFRS 13 "Mensuração de valor justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e da taxa de juros CDI (Certificado de Depósito Interbancário), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP, o índice de inflação IPCA e a taxa de juros CDI

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	6,0%	5,5%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	4,8%	5,7%	6,5%	7,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%			
CDI	8,6%													

^{*} Fonte: Projeção Banco Santander - 25/jun/2012

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP, no índice de inflação IPCA e na taxa de juros CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas consideradas f	oram:		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Adverso	Adverso
Indicador	Provável	possivel	extremo
TJLP *	5,11%	6,38%	7,66%
IPCA **	5,64%	7,05%	8,46%
CDI ***	8,55%	10,69%	12,83%

^{*} Refere-se à média aritmética da projeção de 2012 a 2025 das taxas de TJLP apresentada acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

		_	Juros a incorrer (R\$ mil)		
				Cenário II	Cenário III
			Cenário I	Adverso	Adverso
Instrumento	Vencimento	Risco	Provável	possivel	extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	123.034	142.534	161.818

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

				Juros a incorrer (R\$ mil		
Instrumento	Vencimento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possivel	Cenário III Adverso	
Thisti unitento	vencimento	Kisco	Flovavel	possivei	extremo	
Debêntures	jul/22	Alta no IPCA	1.808.377	2.045.876	2.303.701	
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	29.703	33.766	38.295	

(v) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela abaixo:

				Juros a incorrer (R\$ mil		
Instrumento	Vencimento	Risco	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possivel	Cenário III Adverso extremo	
Financiamento Santander Financiamento Indusval	dez/12 dez/12	Alta no CDI Alta no CDI	685 1.048	823 1.238	958 1.424	

^{**} Refere-se à média aritmética da projeção de 2012 a 2022 dos índices de IPCA apresentada acima.

^{***} Refere-se à média aritmética da projeção de 2012 do índice de CDI apresentada acima.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudancas inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2012 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação atual de AAA pela agência Moody's Investors Service, Inc .

Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 20.135 (31 de dezembro de 2011 - R\$ 16.978), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de liquidação.

5.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados:

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	1.645.544 (195.041)	1.552.349 (111.742)
Dívida líquida	1.450.503	1.440.607
Total do patrimônio líquido	467.883	449.141
Total do capital	1.918.386	1.889.748
Índice de alavancagem financeira - %	76	76

6 Instrumentos financeiros por categoria

1 0	Emprést	imos e recebíveis
	30 de junho	31 de dezembro
	de 2012	de 2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber e demais contas a receber	31.981	26.622
Caixa e equivalentes de caixa	195.041	111.742
	227.022	138.364
	Outros pas	ssivos financeiros
	30 de junho	31 de dezembro
	de 2012	de 2011
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	1.645.544	1.552.349
Fornecedores e outras obrigações	20.929	21.124

7 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	20.135	16.978
Outros	3.366	3.129
Total de contas a receber	23.501	20.107
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Banco do Brasil	4.003	6.637
Banco Itaú	5.046	33.868
Banco Santander	80.774	1.912
Banco Votorantim	63.992	66.865
Banco Bradesco	11	11
Banco BTG Pactual	39.279	
	193.105	109.293
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	250	327
Numerário em Trânsito	1.339	1.759
Fundo de Troco	347_	363
	1.936	2.449
Total de caixa e equivalentes de caixa	195.041	111.742

8 Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Caixa geral	250	327
Bancos conta movimento	4.107	6.927
Numerário em trânsito (i)	1.339	1.759
Fundo de troco	347	363
Aplicações financeiras (ii)	188.998	102.366
	195.041	111.742

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissado e remunerado a taxas que variam entre 100,5% e 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de maio de 2012, a Companhia adquiriu cotas de fundo de investimento, junto à instituição financeira BTG Pactual. Em 30 de junho de 2012, a Companhia apresentou um montante de R\$ 39.279, referentes a 36.269 cotas de investimento com remuneração de aproximadamente 103,2% do CDI.

O aumento no saldo de aplicações financeiras deve-se a ingresso de financiamentos ainda não destinados para aos seus propósitos e ao caixa gerado das receitas operacionais acumuladas a serem destinadas para pagamentos do serviço da dívida (Nota 12).

9 Contas a receber

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	20.135	16.978
DBTRANS Ltda.	1.977	1.797
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	928	980
Outras contas a receber	462	352
	23.502	20.107

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

10 Imobilizado

(i) Composição

				30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada		Líquido
Máquinas e equipamentos Móveis e utensílios	20 20	1.171 74	(396) (15)	775 59	873 58
		1.245	(411)	834	931

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Saldo no início do semestre / exercício	931	906
(+) Adições (-) Depreciação	26 (123)	244 (219)
Saldo no final do semestre / exercício	834	931

11 Intangível

(i) Composição

			30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
	Custo	Amortização Acumulada	4012	Líquido
Intangível em infraestrutura (a)				
Edifícios e instalações	240.745	(9.135)	231.610	202.467
Pavimentações e conservação especial	237.812	(14.575)	223.237	202.078
Hardware equipamentos de pedágio	62.018	(6.228)	55.790	49.326
Demais melhorias e aplicações	65.480	(1.178)	64.302	29.208
Desapropriações	25.875	(704)	25.171	240
Máquinas e equipamentos	1.465	(71)	1.394	1.137
Móveis e utensilios	352	(38)	314	299
Veículos	2.461	(45)	2.416	2.387
Meio ambiente e elementos de segurança	18.714	(589)	18.125	16.093
Obras em andamento	19.552		19.552	91.557
	674.474	(32.563)	641.911	594.792
Outros intangíveis (b)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(107.737)	1.229.501	1.239.558
Softwares adquiridos de terceiros	495	(102)	393	172
	1.337.733	(107.839)	1.229.894	1.239.730
	2.012.207	(140.402)	1.871.805	1.834.522

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (b)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, a amortização é reconhecida no resultado, e revisada periodicamente pela administração.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do custo de formação de infraestrutura está majorado pela margem de lucro na construção de 1%, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01. Do montante total do Intangível em Infraestrutura, R\$ 200.000 refere-se ao capital próprio integralizado (Nota 15 (a)).

(b) Outros intangíveis

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva tráfego (Nota 3 (b)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

(ii) Movimentação

	30 de junho de	31 de dezembro
	2012	de 2011
Intangível Infraestrutura		
Saldo no início do período/exercício	594.792	433.759
(+) Adições	51.579	168.100
(-) Amortização (*)	(4.460)	(7.067)
	641.911	594.792
Outros intangíveis		
Saldo no início do período/exercício	1.239.730	1.259.329
(+) Adições	255	130
(-) Amortização (*)	(10.091)	(19.729)
	1.229.894	1.239.730
Saldo no final do período/exercício	1.871.805	1.834.522

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foram reconhecidas no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (b)) estimada para o semestre findo em 30 de junho de 2012.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empréstimos e Debêntures

		Encargos	30 de junho de	31 de dezembro
	Moeda	financeiros anuais	2012	de 2011
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	303.589	246.524
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,6%	24.519	22.802
Empréstimo Banco Indusval	R\$	CDI - Over 100%+2,54%	20.644	
Empréstimo Banco Santander	R\$	CDI - Over 100%+1,80%	14.396	
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.314.971	1.317.740
Custos a amortizar (f)	R\$		(32.575)	(34.717)
Manage			1.645.544	1.552.349
Menos				
Passivo circulante Empréstimos			57.110	17.807
Debêntures			116.359	129.974
Depentures			110.339	129.9/4
Passivo circulante			(173.469)	(147.781)
Passivo não circulante			1.472.075	1.404.568

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a., e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + 9,60% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 30 de junho de 2012 está apresentada da seguinte forma:

			Encargos	30 de junho de	31 de dezembro
Liberação	Principal	Vencimento	(% a.a.)	2012	de 2011
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	165.983	178.388
dez/10	30.000	abr/21	TJLP + 2,32%	30.504	30.511
mar/11	34.103	abr/21	TJLP + 2,32%	34.676	34.697
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	15.489	14.405
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.677	3.669
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	3.145	3.323
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	643	641
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	9.030	8.398
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.311	
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	4.726	
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	24.503	
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	6.085	
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	8.337	

(*) O montante de R\$ 175.364 liberados em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Debêntures

A Companhia realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 30 de junho de 2012 está apresentada da seguinte forma:

_	Liberação	Série	Valor da em issão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
	junho-10 junho-10	1º série 2º série	550.000 550.000	até janeiro-22 até julho-22	IPCA + 9,57 % IPCA + 9,57 %	642.346 672.625	691.580 626.160
						1.314.971	1.317.740

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização		Datas de Amortização	
da Prim eira Série	(i)	da Segunda Série	(ii)
		15 de julho de 2012	3,00%
15 de janeiro de 2013	3,00%	15 de julho de 2013	3,00%
15 de janeiro de 2014	3,00%	15 de julho de 2014	3,00%
15 de janeiro de 2015	5,00%	15 de julho de 2015	5,00%
15 de janeiro de 2016	7,00%	15 de julho de 2016	7,00%
15 de janeiro de 2017	8,50%	15 de julho de 2017	8,50%
16 de janeiro de 2018	11,00%	15 de julho de 2018	11,00%
17 de janeiro de 2019	13,00%	15 de julho de 2019	13,00%
18 de janeiro de 2020	16,50%	15 de julho de 2020	16,50%
19 de janeiro de 2021	17,00%	15 de julho de 2021	17,00%
19 de janeiro de 2022	16,00%	15 de julho de 2022	13,00%

- (i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado
- (ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

(c) Banco Indusval

Em 19 de março de 2012, a Companhia captou empréstimo de curto prazo junto ao Banco Indusval no montante de R\$ 20.000 com vencimento em 20 de dezembro de 2012, sujeito a encargos de CDI – Over 100%.

30 de junho	Encargos			
de 2012	(% a.a.)	Vencimento	Principal	Liberação
20.644	100% CDI Over + 2,54%	dez/12	20.000	mar/12

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Banco Santander

Em 18 de junho de 2012, a Companhia captou empréstimo de curto prazo junto ao Banco Santander no montante de R\$ 14.000 com vencimento em 17 de dezembro de 2012, sujeito a encargos de CDI – Over 100%.

			Encargos	30 de junho
Liberação	Principal	Vencimento	(% a.a.)	de 2012
mar/12	14.000	dez/12	100 % CDI Over + 1,80%	14.396

(e) Prazo de vencimento

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
2013	153.482	43.279
2014	61.474	53.707
2015	83.950	73.858
2016	108.290	94.397
2017	125.028	109.665
2018	152.903	135.051
2019	175.434	155.580
2020	214.689	108.875
2021 em diante	396.825	630.156
	1.472.075	1.404.568

(f) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
	Debêntures	BNDES		Total
Saldo no início do semestre / exercício	30.152	4.565	34.717	38.564
(-) Amortizações	(1.763)	(379)	(2.142)	(3.847)
Saldo no final do semestre / exercício	28.389	4.186	32.575	34.717

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures	BNDES	Total
2012	1.692	372	2.064
2013	3.462	719	4.181
2014	3.561	656	4.217
2015	3.603	579	4.183
2016	3.549	502	4.051
2017	3.391	422	3.813
2018	3.097	341	3.438
2019	2.649	258	2.907
2020	1.978	174	2.152
2021	1.139	96	1.235
2022 em diante	268	67	335
	28.389	4.186	32.575

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de "project finance" ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos ("Covenants")

As condições restritivas, conforme definido na emissão de debêntures da Companhia, datada em 15 de junho de 2010, referem-se, principalmente, aos aspectos de reorganização societária e gestão de negócios da Companhia e permanecem as mesmas condições aplicadas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os compromissos assumidos nos prospectos vêm sendo cumpridos pela Companhia nos termos neles estabelecidos.

13 Saldos e transações com partes relacionadas

(i) Composição

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo circulante	Passivo circulante
Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOB") OTPP	216	5.951 16
Saldo em 30 de junho de 2012	216	5.967
Saldo em 31 de dezembro de 2011	129	166

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a CNOB antiga OSEC, Empresa do grupo Odebrecht, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1º de outubro de 2009, a CRB cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

(ii) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011, totalizou os montantes de R\$ 1.265 e R\$ 1.245, respectivamente.

14 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

A administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desses processos em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2012, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 da OTPP e 1 ação ordinária subscrita e integralizada pela OPI.

Em 27 de abril de 2011 foi integralizado R\$ 30.000. Do total do capital social da Companhia, o montante de R\$ 200.000 foi destinado a investimentos em infraestrutura.

16 Receita

<u> </u>	Semestre findo em 30 de junho	
	2012	2011
Receita de obra de infraestrutura (i)	51.579	66.094
Receita de operação		
Receitas em numerário	67.500	65.462
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	134.492	108.375
Receitas de vale pedágio (iii)	19.481	17.124
Outras receitas	1.667	5.839
	223.140	196.800
Receita total	274.719	262.894
Tributos sobre serviços de operação	(19.371)	(17.255)
	255.348	245.639

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A Companhia reconheceu no semestre findo em 30 de junho de 2012, um montante de R\$ 51.579 (30 de junho de 2011 R\$ 66.094) como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

	Sem estre findo ei	Semestre findo em 30 de junho	
	2012	2011	
Receita de obra de infraestrutura Custos de construção	51.579 (51.063)	66.094 (65.433)	
Lucro	516	661	

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento AVI ("Automatic Vehicle Identification") são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada (CGMP).
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

17 Custos dos serviços

Os custos dos serviços prestados referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2012 e 2011 são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	2012	2011
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga (i)	(10.057)	(22.288)
Depreciação, amortização do intangível (i)	(4.616)	(21.002)
Provisão de conserva especial	(230)	(206)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(8.402)	(14.231)
Salários	(7.791)	(7.120)
Outorga variável	(6.697)	(5.904)
Gastos Gerais	(8.865)	(5.952)
Serviços de terceiros	(3.128)	(3.839)
Seguros	(3.247)	(2.557)
Atendimento pré hospitalar	(1.166)	(2.638)
Guincho	(743)	(1.993)
Materiais	(741)	(1.339)
	(55.683)	(89.069)
Custos de obra de infraestrutura		
Custo de obra de infraestrutura	(51.063)	(65.433)
	(51.063)	(65.433)
	(106.746)	(154.502)

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A redução do valor da amortização e depreciação no período deve-se à mudança de estimativa contábil, cujos efeitos foram reconhecidos na contabilidade em setembro de 2011, retroativos a janeiro de 2011.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia passou a reconhecer o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

18 Resultado financeiro, líquido

	Semestre findo em 30 de junho	
	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(107.884)	(116.925)
IOF sobre empréstimos tomados	(514)	(1)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(923)	(1.098)
Outras	(114)	(101)
Receitas financeiras	(109.435)	(118.125)
Receita de aplicação financeira	5.376	3.768
	(104.059)	(114.357)

19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de	31 de dezembro de 2011
Ativo - não circulante	2012	ue 2011
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	77.778	75.772
Amortização da outorga	1.619	1.619
Outras diferenças temporárias	233	335
	79.630	77.726
Passivo - não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	19.949	12.430
Margem de construção	2.293	2.118
Outras diferenças temporárias	12.326	8.243
	34.568	22.791

A variação líquida do período relativa aos impostos diferidos totalizou R\$ 9.873.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
2013	3.445
2014	7.261
2015	13.998
2016	22.721
2017 em diante	32.205
Total	79.630

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	30 de junho de 2012		30 de junho de 2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	28.615	28.615	(44.829)	(44.829)
Ajustes: Adições permanentes	176	161	5.085	5.059
Adições temporárias Exclusões permanentes (*) Exclusões temporárias	(34.763)	(34.763)	564 (818)	564 (818)
Lucro Real (prejuízo fiscal) antes da compensação dos prejuízos fiscais e base negativa	(5.972)	(5.987)	(39.998)	(40.024)

(*) Refere-se substancialmente a diferenças entre amortização do intangível societário e a depreciação fiscal, reconhecidos em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Despesas gerais e administrativas

	Sem estre findo em 30 de junho		
	2012	2011	
Salários	(7.375)	(10.927)	
Serviços de terceiros	(3.772)	(4.752)	
Gastos Gerais	(3.308)	(4.336)	
Material	(219)	(363)	
	(14.674)	(20.378)	

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Até 30 de junho de 2012, foram contratados junto ao Itaú S.A., Tokyo Marine Brasil Seguradora S.A., e Zurich Minas Brasil Seguros S.A., através da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda.("OCS"), os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade Civil	Itaú	01/07/2012	58.860
Seguro de Rodovia	Itaú	30/06/2012	298.348
Garantia de Concessões Publicas	Itaú	30/06/2012	190.126
Garantia de Concessões Publicas	Itaú	30/06/2012	129.826
Seguro de Veículo	Itaú	26/09/2012	(*)
Risco de Engenharia	Zurich	30/04/2013	12.521
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2012	(**)

^(*) Limite máximo de cobertura de terceiros R\$ 100 por veículo e danos causados no próprio 100% da Tabela FIPE.

^(**) Limite máximo de cobertura de terceiros R\$ 110 por veículo e danos causados no próprio 110% da Tabela FIPE.

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre.

	2012	2011
Lucro (prejuízo) do semestre Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	18.742 9.371 278.400	(45.333) (22.666) 263.400
Lucro básico por ação	33,66	(86,05)

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

23 Eventos subsequentes

(a) Reajuste da tarifa de pedágio

A partir de 1º de julho de 2012, entrarão em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio será 4,99% e foi autorizado em 29 de junho de 2012 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas, o 3º aditivo da escritura de debêntures prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série e 15 de julho de 2024 para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures. O vencimento das debêntures da primeira série foi alterado para 15 de janeiro de 2013 e, para dia 15 de julho de 2013 da segunda serie.

Nesta mesma data, foi aprovado pelos debenturistas que a Companhia poderá celebrar contratos de mútuo com empresas de seu grupo econômico até o limite de R\$300.000, desde que tal dívida contratada seja subordinada às Debêntures e ao financiamento do BNDES, e que seja destinado a investimentos na concessão. Poderá também, a Companhia contratar endividamento adicional para capital de giro limitado a 03 (três) vezes o seu último faturamento mensal.

No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries, um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das Debêntures em contrapartida à concordância com as alteracões contratuais.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 6 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecooopers Auditores Independentes, relativamente às demosntrações financeiras intermediárias da Concessionária referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Itatiba, 06 de agosto de 2012.

Irineu Berardi Meireles Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

- (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecooopers Auditores Independentes, relativamente às demosntrações financeiras intermediárias da Concessionária referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, e
- (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2012.

Itatiba, 06 de agosto de 2012.

Irineu Berardi Meireles Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto Diretor